

BOLETIM ESPECIAL

ALIMENTOS

MPRJ

CAO
CÍVEL E PESSOA
COM DEFICIÊNCIA
MPRJ

CAO
CÍVEL

MPMG
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais



TODAS AS MATÉRIAS TÊM UM LINK,
CLIQUE PARA VISUALIZAR O DOCUMENTO
NA ÍNTEGRA

SUMÁRIO ●

ALIMENTOS

03

BASE DE CÁLCULO DOS
ALIMENTOS

04

ALIMENTOS ENTRE
EX-CÔNJUGES E EX-
COMPANHEIROS

05

ALIMENTOS GRAVÍDICOS

ALIMENTOS

06

ACORDO

07

EXECUÇÃO

08

PRISÃO CIVIL DO
DEVEDOR DE ALIMENTOS

09

PRISÃO CIVIL DO
DEVEDOR DE ALIMENTOS
DURANTE A PANDEMIA DE
COVID-19

ALIMENTOS

12

PRESTAÇÃO DE CONTAS

13

DECISÕES DIVERSAS SOBRE
ALIMENTOS

15

PEÇAS

16

ARTIGOS

BASE DE CÁLCULO DOS ALIMENTOS:

EM REGRA, O FGTS, PIS, PASEP E AS VERBAS TRABALHISTAS INDENIZATÓRIAS (TAIS COMO AUXÍLIO-SAÚDE, VALE-TRANSPORTE, VALE-ALIMENTAÇÃO, AVISO PRÉVIO E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS) SÃO EXCLUÍDOS DA BASE DE CÁLCULO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA. RESSALTA-SE QUE NADA IMPEDE QUE AS PARTES CONVENCIONEM EM SENTIDO CONTRÁRIO.

Participação nos lucros e resultados não deve ter reflexo automático no valor da pensão alimentícia (Entendimento pacificado pela Segunda Seção do STJ em 11/12/2020 – Número do processo não divulgado em razão do segredo judicial)

Não incide desconto de pensão alimentícia sobre as parcelas denominadas diárias de viagem e tempo de espera indenizado. (STJ. REsp. 1.747.540-SC, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, julgado em 10/03/2020, DJe 13/03/2020, Info 667)

Não importa que a pensão tenha sido fixada em valor fixo ou percentual variável, o aviso prévio não interfere no valor a ser pago como pensão alimentícia. O aviso prévio é parcela de caráter excepcional, razão pela qual não deve incidir no cálculo da pensão alimentícia, salvo se houver disposição transacional ou judicial em sentido contrário. A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que a verba indenizatória não se inclui na base de cálculo da pensão alimentícia. (STJ. 4ª Turma. REsp 1.332.808/SC, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 18/12/2014, Info 553)

OS ALIMENTOS FIXADOS EM PERCENTUAL DE RENDA PODEM INCIDIR SOBRE O 13º SALÁRIO, FÉRIAS E HORAS EXTRAS.

O valor recebido a título de horas extras integra a base de cálculo da pensão alimentícia fixada em percentual sobre os rendimentos líquidos do alimentante (STJ. REsp 1.741.716-SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, julgado em 25/05/2021, Info 698)

ALIMENTOS ENTRE EX-CÔNJUGES E EX-COMPANHEIROS:

O dever de prestar alimentos entre ex-cônjuges é **transitório**, devendo ser assegurado alimentos apenas durante certo tempo, até que o ex-cônjuge consiga prover o seu sustento com meios próprios. Assim, ao se analisar se o ex-cônjuge ainda deve continuar recebendo os alimentos, deve-se examinar não apenas o binômio necessidade possibilidade, devendo ser consideradas outras circunstâncias, tais como a capacidade potencial para o trabalho e o tempo decorrido entre o seu início e a data do pedido de desoneração (STJ. REsp 1.829.295-SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, julgado em 10/03/2020, Info 669)

O acordo que estabelece a obrigação alimentar entre ex-cônjuges possui natureza consensual e, portanto, a incidência de correção monetária para atualização da obrigação ao longo do tempo deve estar expressamente prevista no contrato (STJ. REsp 1.705.669-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 12/02/2019, Info 642)

É juridicamente possível o pedido de alimentos decorrente do rompimento de união estável homoafetiva (REsp 1.302.467-SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 3/3/2015, DJe 25/3/2015, Info 558)

ALIMENTOS GRAVÍDICOS:

Ação de alimentos gravídicos não se extingue ou perde seu objeto com o nascimento da criança, pois os referidos alimentos ficam convertidos em pensão alimentícia até eventual ação revisional em que se solicite a exoneração, redução ou majoração de seu valor ou até mesmo eventual resultado em ação de investigação ou negatória de paternidade. (STJ. REsp 1.629.423-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 6/6/2017, Info 606)

ACORDO:

É cabível o ajuizamento de ação de alimentos, ainda que exista acordo extrajudicial válido com o mesmo objeto, quando o valor da pensão alimentícia não atende aos interesses da criança. (STJ. REsp 1.609.701-MG, Rel. Min. Moura Ribeiro, 3ª Turma, julgado em 18/05/2021, Info 697)

A proposta de pagamento parcial por devedor de alimentos em audiência de conciliação já na fase de cumprimento de sentença, perante o patrono da parte contrária, vincula o devedor no limite da proposta, restando assegurada nova negociação quanto ao valor remanescente. (REsp 1.821.906-MG, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 20/10/2020, DJe 12/11/2020, Info 682)

Na ausência de expressa previsão no acordo de alimentos a respeito do seu termo inicial, deve prevalecer o disposto no § 2º do art. 13 da Lei n. 5.478/1968 (Lei de Alimentos), segundo o qual, em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação. (STJ. REsp 1.821.107-ES, Rel. Min. Moura Ribeiro, 3ª Turma, julgado em 10/03/2020, Info 667)

EXECUÇÃO:

Na cobrança de obrigação alimentar, é cabível a cumulação das medidas executivas de coerção pessoal e de expropriação no âmbito do mesmo procedimento executivo, desde que não haja prejuízo ao devedor nem ocorra qualquer tumulto processual. (STJ. REsp 1.930.593-MG, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, por unanimidade, julgado em 09/08/2022)

[Link para a íntegra do Acórdão](#)

A genitora do alimentando não pode prosseguir na execução de alimentos, em nome próprio, a fim de perceber os valores referentes aos débitos alimentares vencidos, após a transferência da titularidade da guarda do menor ao executado. Não se pode falar em sub-rogação no caso, considerando que o direito aos alimentos possui caráter personalíssimo. (STJ. 3ª Turma. REsp 1.771.258-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 06/08/2019, DJe 14/08/2019, Info 654)

É admissível o uso da técnica executiva de desconto em folha de dívida de natureza alimentar ainda que haja anterior penhora de bens do devedor. (STJ. REsp 1.733.697-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 11/12/2018, Info 640)

É possível, em sede de execução de alimentos, a dedução na pensão alimentícia fixada exclusivamente em pecúnia das despesas pagas «in natura», com o consentimento do credor, referentes a aluguel, condomínio e IPTU do imóvel onde residia o exequente. Vale ressaltar que a regra geral é a incompensabilidade da dívida alimentar (art. 1.707 do CC) e eventual compensação deve ser analisada caso a caso, devendo-se examinar se houve o consentimento, ainda que tácito, do credor, e se o pagamento in natura foi destinado, efetivamente,

ao atendimento de necessidade essencial do alimentado e não se configurou como mera liberalidade do alimentante. (STJ. REsp 1.501.992-RJ, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª Turma, julgado em 20/03/2018, Info 624)

Em execução de alimentos devidos a filho menor de idade, é possível o protesto e a inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito. (REsp 1.469.102-SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 8/3/2016, DJe 15/3/2016, Info 579)

A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de admitir a penhora do FGTS no caso de execução de alimentos, nesse sentido:

Admite-se, na execução de alimentos, a penhora de valores decorrentes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, bem como do Programa de Integração Social - PIS. (STJ. 1ª Turma. AgRg no REsp 1570755/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 03/05/2016, DJe 18/05/2016)

Enunciado 572 da VI Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal: "Mediante ordem judicial, é admissível, para a satisfação do crédito alimentar atual, o levantamento do saldo de conta vinculada ao FGTS"

"É possível a extinção da execução dos alimentos provisórios por ausência de título executivo diante de posterior sentença definitiva de improcedência do pedido na ação de alimentos. (...) A sentença definitiva exoneratória da obrigação de pagamento de alimentos retroage com eficácia ex tunc independentemente do caso." (STJ, 3ª Turma, Resp. 1426082 MG 2013/0412731-0, Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 02/06/2015, DJe 10/06/2015)

PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS:

Todas as intimações do devedor de alimentos que impliquem em possibilidade de prisão civil devem ser pessoais, inclusive em relação às parcelas que se vencerem no curso do cumprimento de sentença **(STJ, HC. 74.1014, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 30/09/22)**

A prisão civil pode ser excepcionalmente afastada quando, in casu, mostrar-se escusável e involuntário o inadimplemento da pensão alimentícia devida à filha maior, a qual aparenta alto padrão de vida nas redes sociais, superior inclusive ao do alimentante, além de possuir condições para trabalho e estudo concomitantemente. (STJ. 4ª Turma, HC 753.091-GO, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 13/09/2022)

Link para a ementa do julgado

Link para notícia publicada no site do IBDFAM

A prisão civil do devedor de alimentos pode ser excepcionalmente afastada, quando a técnica de coerção não se mostrar a mais adequada e eficaz para obrigá-lo a cumprir suas obrigações **(STJ. 3ª Turma. RHC 160.368-SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 05/04/2022, Info 733)**

O fato de o devedor de alimentos estar recolhido à prisão pela prática de crime não afasta a sua obrigação alimentar, tendo em vista a possibilidade de desempenho de atividade remunerada na prisão ou fora dela a depender do regime prisional do cumprimento da pena **(STJ. 3ª Turma. REsp 1.882.798-DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 10/08/2021, Info 704)**

Não se aplica o rito excepcional da prisão civil como meio coercitivo para o adimplemento dos alimentos devidos em razão da prática de ato ilícito. **(STJ. 4ª Turma. HC 523.357-MG, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 01/09/2020, Info 681)**

PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19:

STJ

1º MOMENTO: CONVERSÃO DE TODAS AS PRISÕES CIVIS EM DOMICILIAR:

Recomendação CNJ nº 62 de 17/03/2020, artigo 6º;

Lei nº 14.010/2020 (Regime Jurídico Emergencial e Transitório - RJET) - artigo. 15: "até 30 de outubro de 2020, a prisão civil por dívida alimentícia, prevista no art. 528, §3º e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, deverá ser cumprida exclusivamente sob a modalidade domiciliar, sem prejuízo da exigibilidade das respectivas obrigações";

Decisão liminar do STJ no Habeas Corpus Coletivo n. 568.021/CE - Determinou o cumprimento em regime domiciliar da prisão civil, enquanto vigente seus efeitos. **(HC 568.021/CE, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. p/ Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 24/06/2020, DJe 31/08/2020)**

2º MOMENTO: POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DA PRISÃO PARA POSSIBILITAR O CUMPRIMENTO EM MOMENTO POSTERIOR:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO CIVIL. PANDEMIA. CORONAVÍRUS (COVID-19). RECOMENDAÇÃO Nº 62/2020, DO CNJ. AUSÊNCIA DE DETERMINAÇÃO DE CONVERSÃO EM PRISÃO DOMICILIAR. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. MEDIDA MAIS ADEQUADA AOS VALORES CONSTITUCIONAIS. 1. Em virtude da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19), admite-se, excepcionalmente, a suspensão temporária do cumprimento da prisão civil dos devedores por dívida alimentícia em regime fechado, medida que está em consonância com a Recomendação nº 62/2020, do CNJ e atende, concomitantemente, aos interesses do alimentante e alimentado. 2. Recurso a que se nega provimento." **(RHC 136.143/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 16/03/2021, DJe 30/03/2021). No mesmo sentido: HC 574.495/SP, 3ª Turma, DJe 01/06/2020 e HC 580.261/MG, 3ª Turma, DJe 08/06/2020)**

PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19:

STJ

3º MOMENTO: ESCOLHA, PELO CREDOR, DA MEDIDA MAIS EFICAZ. POSSIBILIDADE DE COMBINAÇÃO DE MEDIDAS TÍPICAS E ATÍPICAS:

É possível a penhora de bens do devedor de alimentos, sem que haja a conversão do rito da prisão para o da constrição patrimonial, enquanto durar a impossibilidade da prisão civil em razão da pandemia do coronavírus. (STJ. 3ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 22/06/2021, DJe 28/06/2021, Info 702)

“CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. PRISÃO CIVIL POR ALIMENTOS. REGIME DE CUMPRIMENTO DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS APÓS A PERDA DE EFICÁCIA DO ART. 15 DA LEI 14.010/2020. IMEDIATO CUMPRIMENTO DA PRISÃO EM REGIME FECHADO. IMPOSSIBILIDADE. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO EM REGIME FECHADO PELO REGIME DOMICILIAR OU DIFERIMENTO DO CUMPRIMENTO EM REGIME FECHADO. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO APRIORÍSTICA E RÍGIDA DO REGIME SEM CONSIDERAR AS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS DE CADA HIPÓTESE. ESCOLHA A CRITÉRIO DO CREDOR DOS ALIMENTOS QUE, EM TESE, PODERÁ INDICAR A MEDIDA POTENCIALMENTE MAIS EFICAZ DIANTE DAS ESPECIFICIDADES DA CAUSA E DO DEVEDOR. ADOÇÃO PELO JUIZ, DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO, DE OUTRAS MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÓRIAS, INCLUSIVE CUMULATIVAS OU COMBINADAS. POSSIBILIDADE.” (HC 645.640/SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 23/03/2021, DJe 26/03/2021)

4º MOMENTO: CABE AO MAGISTRADO DETERMINAR O REGIME FECHADO PARA CUMPRIMENTO DA PRISÃO CIVIL DE ACORDO COM O CASO ESPECÍFICO E A OBSERVÂNCIA DO CONTEXTO EPIDEMIOLÓGICO LOCAL:

Recomendação CNJ nº 122, de 3/11/2021;

“(…)3. Diante do arrefecimento da pandemia, do avanço da vacinação e da prioridade da subsistência alimentar dos destinatários das obrigações alimentares judicialmente reconhecidas, o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação do CNJ n. 122, de 3/11/2021, trazendo novas variáveis a serem consideradas na análise dos pedidos de prisão civil, quais sejam: a) o contexto epidemiológico local e a situação concreta dos casos no município e da população carcerária; b) o calendário vacinal do município de residência do devedor de alimentos, em especial se já lhe foi ofertada a dose única ou todas as doses da vacina; c) a eventual recusa do devedor em vacinar-se, como forma de postergar o cumprimento da obrigação alimentícia. (...)” (HC n. 705.213/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 5/4/2022, DJe de 20/4/2022.)

PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19:

TJRJ

"(...)2. O contexto epidemiológico no Município do Rio de Janeiro, bem como o alto percentual da população carioca que está imunizada, permite que seja retomada prisão civil, em regime fechado.

3. Recomendação nº 122/2001 do Conselho Nacional de Justiça.

4. Conceder ao agravado o direito à prisão domiciliar, inclusive sem que houvesse sido formulado requerimento naquele sentido, é medida que não cumpre a disposição legal e constitui ofensa à dignidade do alimentado.

Conhecimento e provimento do recurso." (grifos nossos)

(0001514-17.2022.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO. Des(a). Rogério de Oliveira Souza - Julgamento: 08/09/2022 - SEXTA CÂMARA CÍVEL)

TJMG

"(...) Diante do atual contexto do avanço da imunização nacional contra o coronavírus - COVID-19 - e a redução concreta dos perigos causados pela pandemia, se mostra possível e razoável a adoção da medida de prisão civil em regime fechado - Remanescendo débito alimentar, se revela justa, necessária e adequada a decretação da prisão civil do devedor (inciso LXVII do artigo 5º da CF/88 c/c o § 3º do artigo 528 do CPC/15)." (grifos nossos)

(TJMG - AI: 10000220076756001 MG, Relator: Ana Paula Caixeta, Data de Julgamento: 02/06/2022, Câmaras Especializadas Cíveis / 4ª Câmara Cível Especializada, Data de Publicação: 02/06/2022)

PRESTAÇÃO DE CONTAS:

STJ

É POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA FISCALIZAR RECURSOS DE PENSÃO ALIMENTÍCIA?

3ª Turma do STJ: i) NÃO. “O alimentante não possui interesse processual em exigir contas da detentora da guarda do alimentando porque, uma vez cumprida a obrigação, a verba não mais compõe o seu patrimônio, remanescendo a possibilidade de discussão do montante em juízo com ampla instrução probatória.” (REsp. 1.767.456-MG, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 25/11/2021, Info 720);

ii) SIM, EXCEPCIONALMENTE. “Em recente julgamento pela Terceira Turma do REsp nº 1.814.639/RS, firmou-se o entendimento de que, **em hipótese excepcional**, é viável juridicamente a ação de exigir contas pelo alimentante contra o guardião do alimentado para obtenção de informações acerca da destinação de pensão alimentícia prestada mensalmente, porque tal pretensão, no mínimo, indiretamente está relacionada com a saúde física e também psicológica do menor alimentado, desde que proposta sem a finalidade de apurar a existência de eventual crédito, pois os alimentos prestados são irrepetíveis” (AgInt no REsp 1924422 / SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 14/02/2022). O REsp nº 1.814.639/RS foi divulgado no Info 673

[Link para íntegra do julgado](#)

[Link para o informativo](#)

4ª Turma do STJ: SIM, desde que haja sinais do mau uso dos recursos pagos a título de alimentos ao filho menor.

“(…)O objetivo precípua da prestação de contas é o exercício do **direito-dever de fiscalização com vistas a - havendo sinais do mau uso dos recursos pagos a título de alimentos ao filho menor** - apurar a sua efetiva ocorrência, o que, se demonstrado, pode dar azo a um futuro processo para suspensão ou extinção do poder familiar do ascendente guardião (art. 1.637 combinado com o art. 1.638 do CC/2002)” (grifos nossos) (REsp. 1.911.030-PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 01/06/2021 Info 699)

[Link para o informativo](#)

[Link para ementa do julgado](#)

TJRJ

Apelação. Ação de prestação de contas. Alimentos pagos pelo autor à filha menor, administrados pela ré, na qualidade de mãe e representante legal. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “na ação de prestação de contas de alimentos, o objetivo veiculado não é apurar um saldo devedor a ensejar eventual execução haja vista a irrepetibilidade dos valores pagos a esse título, mas investigar se a aplicação dos recursos destinados ao menor é a que mais atende ao seu interesse, com vistas à tutela da proteção de seus interesses e patrimônio, podendo dar azo, caso comprovada a má administração dos recursos alimentares, à alteração da guarda, à suspensão ou até mesmo à exoneração do poder familiar” (REsp 1911030/PR. Quarta Turma. Rel. Min. Luis Felipe Salomão). Alimentos regularmente aplicados no sustento da infante. Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido. (grifos nossos) (0003831-57.2019.8.19.0011 - APELAÇÃO. Des(a). Agostinho Teixeira De Almeida Filho - Julgamento: 04/05/2022 - VIGÉSIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL)

DECISÕES DIVERSAS SOBRE ALIMENTOS:

STF

É **inconstitucional** norma que prevê a incidência do imposto de renda sobre valores percebidos pelo alimentado a título de alimentos ou pensão alimentícia (STF. Plenário. ADI 5422/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 3/6/2022, Info 1057)

STJ - JURISPRUDÊNCIA EM TESES SOBRE A TEMÁTICA:

EDIÇÃO Nº 77

EDIÇÃO Nº 65

DECISÕES DIVERSAS SOBRE ALIMENTOS:

STJ

A homologação da decisão estrangeira sobre alimentos não subtrai do devedor a possibilidade de ajuizar ação revisional do valor da pensão alimentícia. **(HDE 4.289-EX, Rel. Min. Raul Araújo, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 18/08/2021, DJe 23/08/2021, Info 707)**

É irrenunciável o direito aos alimentos presentes e futuros (art. 1.707 do Código Civil). O credor pode, contudo, renunciar aos alimentos pretéritos devidos e não prestados. Isso porque a irrenunciabilidade atinge o direito, e não o seu exercício. **(STJ. REsp 1.529.532-DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, julgado em 09/06/2020, Info 673)**

Obrigação alimentar extinta, mas mantida por longo período de tempo por mera liberalidade do alimentante, não pode ser perpetuada com fundamento no instituto da surrectio. **(STJ. REsp 1.789.667-RJ, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. Acd. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª Turma, julgado em 13/08/2019, Info 654)**

É admissível, excepcionalmente, a fixação de alimentos em valor ou percentual distinto entre os filhos se demonstrada a existência de necessidades diferenciadas entre eles ou, ainda, de capacidades contributivas diferenciadas dos genitores. **(STJ. REsp 1.624.050/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 19/06/2018, Info 628)**

Súmula 621-STJ: Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade. **(STJ. 2ª Seção. Aprovada em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)**

Súmula 596-STJ: A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais. **(STJ. Aprovada em 08/10/2017, 2ª Seção, DJe 06/11/2017, Info 614)**

Súmula 594-STJ: O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca. **(STJ. Aprovada em 25/10/2017, 2ª Seção, DJe 06/11/2017, Info 614)**

É presumida a necessidade de percepção de alimentos do portador de doença mental incapacitante, devendo ser suprida nos mesmos moldes dos alimentos prestados em razão do poder familiar, independentemente da maioridade civil do alimentado. STJ. **(REsp 1.642.323-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 28/3/2017, Info 601)**

PEÇAS:

Modelo de Recurso de Apelação - Reforma da sentença de alimentos para majorar o percentual fixado, na hipótese de ausência de vínculo empregatício, bem como para o rateio, entre os genitores, das despesas relativas aos medicamentos

Modelo de Recurso Especial - Legitimidade do Ministério Público. Princípio do Melhor Interesse da Criança. Da possibilidade de acréscimo na fixação de alimentos. Não aplicação do Princípio da Adstrição na Ação de Alimentos

ARTIGOS:

IBDFAM - Cobrança dos alimentos em único procedimento (Maria Berenice Dias)

IBDFAM - Alimentos e intervenção de terceiros (Maria Berenice Dias)

IBDFAM - Do incumprimento das verbas alimentares em manifesta privação da família (Jones Figueirêdo Alves)

IBDFAM - Pensão alimentícia pautada na fixação de valor mínimo: uma questão de dignidade humana? (Janaina Baina)

BOLETIM ESPECIAL

ALIMENTOS

MPRJ
CAO
CÍVEL E PESSOA
COM DEFICIÊNCIA
MPRJ


CAO
CÍVEL

**MPMG**
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

PROJETO GRÁFICO
Gerência de Portal e Programação Visual
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

MPRJ